

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

PDI



FACULDADE
DIOFANTO

Goiânia
2026

RESUMO INSTITUCIONAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI 2026-2030

Goiânia - Goiás
2026

Este resumo apresenta os principais elementos do PDI 2026-2030 e não substitui o documento integral aprovado pela Instituição.

CONTEÚDO

Apresentação

1. Identificação institucional
2. Trajetória e desenvolvimento institucional
3. Inserção regional e contexto socioeconômico
4. Identidade institucional: missão, visão e valores
5. Perfil institucional pretendido para 2030
6. Planejamento e avaliação institucional
7. Desenvolvimento institucional e políticas acadêmicas
8. Políticas de gestão e sustentabilidade
9. Infraestrutura física, acadêmica e tecnológica
10. Oferta e expansão acadêmica
11. Acompanhamento, avaliação e revisão do PDI
12. Quadro-síntese dos compromissos para 2026-2030

Considerações finais

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Faculdade Diofanto, com vigência de 2026 a 2030, é o principal instrumento de planejamento estratégico, acadêmico, administrativo, regulatório, financeiro e avaliativo da Instituição. O documento estabelece a identidade institucional, define políticas, organiza metas, orienta investimentos e integra as ações de ensino, extensão, iniciação científica, inovação, gestão, infraestrutura, atendimento ao estudante e expansão acadêmica.

O novo PDI marca uma etapa decisiva na trajetória da Faculdade. A Instituição assume o legado da antiga Faculdade Tecnológica Falcão - FTF, posteriormente denominada Faculdade FACINT, e inaugura um ciclo orientado pela reorganização da gestão, pela qualificação dos processos acadêmico-administrativos, pelo fortalecimento da regulação educacional, pela retomada da cultura avaliativa e pela melhoria das condições de oferta.

Mais do que um documento exigido nos processos regulatórios, o PDI funciona como referência cotidiana para a tomada de decisões. Sua proposta é articular o planejamento às condições reais da Instituição, garantindo que objetivos, ações, recursos, responsáveis, indicadores e evidências estejam conectados. A lógica adotada é simples e essencial: planejar, executar, registrar, avaliar, corrigir e comprovar.

A estrutura do PDI está alinhada às dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e aos cinco eixos utilizados na avaliação institucional externa: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; e Infraestrutura. O documento também contempla o plano de oferta e expansão acadêmica e a sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do próprio planejamento.

No campo regulatório, o PDI orienta os processos de credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, aditamentos, acompanhamento de Protocolos de Compromisso, atualização de informações no sistema e-MEC e organização das evidências necessárias às avaliações externas. No campo acadêmico, integra o Projeto Pedagógico Institucional - PPI, os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs, os planos de ensino e as políticas de formação, permanência, inclusão e empregabilidade.

A Faculdade Diofanto assume, por meio deste plano, um compromisso público com estudantes, docentes, tutores, mediadores pedagógicos, profissionais técnico-administrativos, gestores, mantenedora, órgãos reguladores e sociedade. O PDI aponta onde a Instituição está, reconhece os desafios existentes e define os caminhos para consolidar uma Faculdade organizada, inclusiva, inovadora, sustentável, responsável e comprometida com a qualidade da educação superior.

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade Diofanto é uma Instituição de Educação Superior privada, sediada no município de Goiânia, Estado de Goiás. Sua atuação alcança inicialmente o município de Goiânia, a Região Metropolitana e o Estado de Goiás, observados os atos autorizativos e os formatos de oferta legalmente aprovados.

Item	Informação institucional
Mantenedora	Faculdade Integração de Goiânia - FACINT Ltda.
CNPJ	12.059.383/0001-52
Código e-MEC da mantenedora	16706
Mantida	Faculdade Diofanto

Item	Informação institucional
Código e-MEC da mantida	21873
Organização acadêmica	Faculdade
Categoria administrativa	Privada com fins lucrativos
Sede	Rua 03, nº 170, Setor Central, Goiânia - GO
Representante Legal	Prof. Danilo Fernando Silva
Diretora Acadêmica	Cíntia Raquel Teixeira
Procuradora Institucional	Querte Teresinha Conzi Mehleck

A organização acadêmica considera a oferta presencial, à distância e semipresencial, conforme a legislação aplicável e os atos regulatórios da Instituição. A expansão da atuação é condicionada à capacidade acadêmica, administrativa, tecnológica, estrutural e financeira, evitando crescimento desvinculado das condições efetivas de qualidade.

1.1 Situação da oferta acadêmica

Curso	Grau	Formato/modalidade	Situação no PDI
Administração	Bacharelado	Presencial	Em extinção
Pedagogia	Licenciatura	Presencial	Em extinção
Gestão de Recursos Humanos	Curso Superior de Tecnologia	EaD	Ativo
Logística	Curso Superior de Tecnologia	EaD	Ativo

Os cursos superiores de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Logística constituem a oferta ativa da Faculdade Diofanto. Os cursos presenciais de Administração e Pedagogia integram a história institucional, mas tiveram pedidos de extinção voluntária protocolados diante da inexistência de estudantes vinculados e da ausência de perspectiva de retomada no formato anteriormente autorizado.

2. TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A trajetória da Faculdade Diofanto teve origem na Faculdade Tecnológica Falcão - FTF, criada a partir da experiência acumulada na educação profissional e da identificação de demandas por formação superior nas áreas tecnológica, educacional, administrativa e de preparação para o mundo do trabalho. A proposta institucional nasceu comprometida com a formação de profissionais e cidadãos críticos, participativos, responsáveis, criativos e capazes de contribuir para o desenvolvimento social.

Em dezembro de 2018, a Instituição foi credenciada para ofertar cursos superiores presenciais, inicialmente Administração e Pedagogia. Esse ato marcou sua inserção formal no Sistema Federal de Ensino e deu início à organização dos processos acadêmicos, administrativos, pedagógicos e avaliativos próprios de uma Instituição de Educação Superior.

A educação à distância passou a integrar o planejamento institucional como estratégia de democratização do acesso à educação superior. Em 2023, a Faculdade obteve credenciamento para a modalidade EaD e iniciou a oferta dos cursos superiores de tecnologia em Logística e Gestão de Recursos Humanos. A

implantação desses cursos ampliou a atuação institucional e permitiu atender estudantes que necessitam conciliar formação acadêmica, trabalho, responsabilidades familiares e deslocamento urbano.

Em 2025, os cursos de Logística e Gestão de Recursos Humanos foram avaliados para fins de reconhecimento. A partir dos resultados das avaliações externas, foram instaurados Protocolos de Compromisso, compreendidos pela Instituição como instrumentos de saneamento e melhoria. As ações decorrentes envolvem revisão de PPCs, qualificação da gestão acadêmica, reorganização do AVA, fortalecimento da equipe multidisciplinar, aperfeiçoamento da mediação pedagógica, atualização dos materiais didáticos, acompanhamento discente e organização das evidências institucionais.

Em maio de 2025, a Instituição foi adquirida pela Faculdade Integração de Goiânia - FACINT Ltda., dando início a um processo amplo de reorganização acadêmica, administrativa, regulatória, documental e estrutural. Novas equipes foram designadas, os fluxos internos passaram por revisão e a atuação da CPA, da Procuradoria Institucional, das coordenações, dos NDEs, dos colegiados, da Secretaria Acadêmica, do NEaD, da Biblioteca e da Tecnologia da Informação passou a ser articulada de forma mais integrada.

No mesmo ciclo, a mantenedora identificou a necessidade de mudança da sede institucional. A Faculdade passou a funcionar em novo espaço, localizado no Setor Central de Goiânia, planejado para abrigar salas de aula, ambientes de gestão, atendimento acadêmico, laboratório de informática, Biblioteca, áreas de estudo, espaços de convivência e setores de apoio às atividades presenciais e à distância.

A atualização da identidade ocorreu em duas etapas. Em um primeiro momento, a antiga FTF passou a utilizar a denominação Faculdade FACINT. Em abril de 2026, foi definida a denominação Faculdade Diofanto, representando a consolidação de uma identidade institucional própria e de um projeto acadêmico orientado pela profissionalização da gestão, pela conformidade regulatória, pela avaliação institucional e pela qualidade da formação.

Marco do novo ciclo

O PDI 2026-2030 registra a passagem de uma instituição em reorganização para uma Faculdade que busca consolidar processos, políticas, responsabilidades, evidências e condições sustentáveis de desenvolvimento.

3. INSERÇÃO REGIONAL E CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A Faculdade Diofanto está inserida em Goiânia, capital do Estado de Goiás e um dos principais centros urbanos, administrativos, educacionais, econômicos, comerciais, logísticos e de serviços da Região Centro-Oeste. A sede no Setor Central favorece o acesso por transporte urbano, a circulação de estudantes trabalhadores e a aproximação com órgãos públicos, empresas, escolas, unidades de saúde, organizações sociais, entidades profissionais e equipamentos culturais.

O PDI registra que Goiânia possuía população estimada superior a 1,5 milhão de habitantes em 2025, elevada taxa de escolarização e forte presença do setor de serviços. A Região Metropolitana amplia a área de influência da Instituição e reúne municípios conectados por deslocamentos diários de trabalho, estudo, comércio e utilização de serviços. Esse cenário reforça a necessidade de formações superiores flexíveis, tecnológicas, profissionalizantes e alinhadas às exigências do mundo do trabalho.

A economia goiana apresenta destaque nos setores de serviços, comércio, indústria, agronegócio, agroindústria, logística, tecnologia, administração pública, saúde e educação. Essas características sustentam a pertinência de cursos nas áreas de gestão, recursos humanos, logística, finanças, processos

gerenciais, comércio exterior, inteligência artificial, segurança da informação, desenvolvimento de sistemas e gestão do agronegócio.

A inserção regional da Faculdade não se limita ao endereço físico. Ela se materializa em projetos de extensão, cursos de formação continuada, ações de responsabilidade social, estágios, visitas técnicas, parcerias para empregabilidade, eventos acadêmicos, projetos integradores e atividades voltadas à inclusão digital, cidadania, sustentabilidade, empreendedorismo, orientação profissional e apoio a organizações e comunidades.

A educação à distância amplia a capacidade de atendimento para além da capital, mas o PDI reconhece que essa expansão exige planejamento, AVA estável, mediação pedagógica qualificada, materiais acessíveis, biblioteca digital, suporte tecnológico e acompanhamento permanente. A proposta institucional é combinar flexibilidade com qualidade, evitando uma oferta massificada e sem controle acadêmico.

Para o quinquênio 2026-2030, a atuação regional está organizada em três dimensões: local, vinculada à cidade de Goiânia e ao entorno da sede; metropolitana, relacionada à circulação de estudantes e trabalhadores entre os municípios da Região Metropolitana; e estadual ou nacional, decorrente das possibilidades de alcance da modalidade EaD, sempre condicionadas à regularidade regulatória e às condições de qualidade.

4. IDENTIDADE INSTITUCIONAL: MISSÃO, VISÃO E VALORES

4.1 Missão institucional

Missão

Formar profissionais éticos, inovadores e preparados para transformar a sociedade, promovendo o desenvolvimento humano por meio de uma educação superior de excelência, com foco em tecnologia, gestão e responsabilidade social.

4.2 Visão institucional

Visão

Ser uma Instituição de Ensino Superior de referência educacional, reconhecida pela qualidade do ensino presencial e à distância, pela valorização do ser humano e pela sua atuação transformadora na sociedade.

4.3 Valores e princípios

- Ética e integridade em todas as relações.
- Valorização do ser humano como centro do processo educativo.
- Comprometimento com a qualidade acadêmica e administrativa.
- Inovação e criatividade como pilares do aprendizado.
- Inclusão e diversidade, com respeito às diferentes realidades e culturas.
- Desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental.
- Autonomia, liberdade de pensamento e expressão.
- Educação transformadora e formação de cidadãos críticos, solidários e atuantes.
- Parceria com o setor produtivo para integração entre teoria e prática.
- Espírito colaborativo e diálogo aberto com a comunidade acadêmica.

Esses valores orientam as decisões da gestão, os projetos pedagógicos, a relação com os estudantes, a atuação dos profissionais, a política de inclusão e o compromisso institucional com o desenvolvimento humano, regional e social.

5. PERFIL INSTITUCIONAL PRETENDIDO PARA 2030

Até 2030, a Faculdade Diofanto pretende consolidar-se como Instituição privada organizada, academicamente qualificada, regulatoriamente estável, socialmente comprometida e reconhecida pela seriedade de sua gestão. O perfil projetado não se restringe à atualização de documentos; pressupõe políticas implantadas, processos definidos, responsabilidades claras, documentação confiável e evidências capazes de demonstrar a qualidade das ações realizadas.

A gestão regulatória deverá assumir caráter preventivo e permanente, com acompanhamento sistemático do e-MEC, controle dos atos autorizativos, atualização do acervo acadêmico, monitoramento dos indicadores institucionais e preparação contínua para avaliações externas. A regulação deixa de ser acionada apenas diante de prazos, diligências ou visitas e passa a integrar a rotina institucional.

No campo acadêmico, os PPCs deverão permanecer atualizados e alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, ao PPI, ao perfil do egresso e às demandas profissionais. A organização curricular deverá integrar teoria e prática, metodologias participativas, extensão, projetos integradores, inovação, acessibilidade, avaliação formativa e tecnologias educacionais.

A CPA deverá atuar como instância estratégica de diagnóstico e melhoria, produzindo informações para a revisão do PDI, dos PPCs, das políticas e dos planos setoriais. A infraestrutura deverá acompanhar a evolução das matrículas e dos cursos, assegurando ambientes adequados, conectividade, Biblioteca, laboratório de informática, acessibilidade, manutenção e segurança.

Na EaD, a Instituição pretende manter AVA estável, acessível e pedagogicamente organizado, com materiais didáticos atualizados, acompanhamento da participação, interação entre estudantes e profissionais e mecanismos de prevenção da evasão. A pós-graduação lato sensu deverá ser estruturada em áreas coerentes com a identidade institucional e com as demandas de formação continuada de Goiânia, de Goiás e dos territórios alcançados pela educação mediada por tecnologias.

A Faculdade também pretende fortalecer as políticas de extensão, iniciação científica, inovação, responsabilidade social, acessibilidade, acompanhamento de egressos, monitoria, nivelamento, apoio psicopedagógico, empregabilidade e permanência estudantil. O objetivo final é transformar o planejamento em ações permanentes, as ações em resultados e os resultados em evidências de qualidade.

6. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Eixo 1 do PDI organiza a relação entre planejamento, autoavaliação, avaliações externas e tomada de decisão. A Faculdade utiliza resultados acadêmicos, administrativos, regulatórios e avaliativos para reconhecer potencialidades, corrigir fragilidades, definir prioridades, acompanhar metas e demonstrar a evolução institucional.

6.1 Autoavaliação e atuação da CPA

A autoavaliação institucional é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, órgão autônomo, permanente, participativo e estratégico. O processo contempla planejamento do ciclo, sensibilização, elaboração dos instrumentos, coleta de dados, análise, elaboração de relatórios, divulgação dos resultados, devolutiva à comunidade e acompanhamento das ações de melhoria.

Participam da avaliação estudantes, docentes, tutores, mediadores pedagógicos, profissionais técnico-administrativos, gestores e representantes da sociedade civil. A participação ocorre por questionários, reuniões, grupos de discussão, órgãos colegiados, Ouvidoria e demais canais institucionais. Os resultados são tratados de forma quantitativa e qualitativa, permitindo uma leitura ampla das condições da Instituição.

6.2 Apropriação dos resultados

Os relatórios da CPA são encaminhados à gestão, às coordenações, aos NDEs, aos colegiados e aos setores responsáveis. A partir dos diagnósticos, são elaborados planos de melhoria com definição de responsabilidades, prazos, indicadores e evidências. O objetivo é garantir que a avaliação produza mudanças concretas, e não apenas relatórios formais.

A divulgação ocorre pelo site institucional, AVA, reuniões, informativos, murais e ações de devolutiva. A Instituição deve comunicar não apenas os resultados das pesquisas, mas também as providências adotadas, fortalecendo a transparência e a confiança da comunidade acadêmica.

6.3 Integração entre avaliação e regulação

Os resultados da autoavaliação são articulados às avaliações externas, ao ENADE, aos indicadores dos cursos, aos processos de credenciamento, reconhecimento e Protocolos de Compromisso. A Procuradoria Institucional, a gestão acadêmica e a CPA atuam de forma complementar: a gestão executa, a CPA avalia, os órgãos colegiados deliberam e os setores produzem as evidências.

O acompanhamento da evolução institucional é realizado por relatórios, atas, matrizes de monitoramento, planos de ação e indicadores. Essa sistemática amplia a rastreabilidade das decisões, reduz riscos regulatórios e permite demonstrar a coerência entre o PDI, o PPI, os PPCs e as práticas acadêmico-administrativas.

7. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS ACADÊMICAS

Os Eixos 2 e 3 reúnem as políticas que orientam a formação acadêmica, a integração com a sociedade e o atendimento aos estudantes. A Faculdade compreende o ensino superior como processo formativo integral, no qual conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores são desenvolvidos de forma articulada à ciência, à tecnologia, à cultura, à prática profissional, à cidadania e à responsabilidade social.

7.1 Política de ensino de graduação

A política de graduação articula PDI, PPI, PPCs, Diretrizes Curriculares Nacionais, perfil do egresso e demandas regionais. A formação é centrada na aprendizagem e busca integrar teoria e prática, ensino e extensão, conhecimento científico e realidade profissional. Os currículos devem ser atualizados de forma sistemática pelos NDEs, colegiados e coordenações, com base em avaliações, indicadores acadêmicos, manifestações dos estudantes e transformações das áreas profissionais.

A Instituição incentiva metodologias participativas, aprendizagem baseada em problemas e projetos, estudos de caso, projetos integradores, atividades extensionistas, simulações, práticas aplicadas, uso crítico da inteligência artificial e aproximação com empresas, órgãos públicos e organizações sociais. O AVA atua como espaço de organização dos conteúdos, interações, atividades, avaliações e acompanhamento da aprendizagem.

7.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação é concebida como processo diagnóstico, formativo e somativo. Os instrumentos devem estar alinhados aos objetivos de aprendizagem e permitir acompanhamento contínuo, devolutiva ao estudante,

recuperação dos conteúdos e revisão das estratégias pedagógicas. A Faculdade utiliza avaliações diversificadas, incluindo atividades individuais e coletivas, estudos de caso, projetos, trabalhos acadêmicos, avaliações presenciais ou digitais e produções aplicadas.

Os resultados são analisados por docentes, coordenações, NDEs e colegiados, considerando aprovação, retenção, dificuldades de aprendizagem, participação, evasão e conclusão. Quando necessário, são adotadas ações de monitoria, nivelamento, recuperação, orientação acadêmica e acompanhamento individualizado.

7.3 Educação à distância e mediação pedagógica

A política de EaD estabelece integração entre concepção pedagógica, infraestrutura tecnológica, AVA, materiais didáticos, docentes, mediadores, tutores, equipe multidisciplinar, coordenações e setores de suporte. A modalidade deve assegurar interação regular, acompanhamento da participação, acessibilidade, atendimento acadêmico e registro das atividades.

O planejamento contempla atividades síncronas e assíncronas, trilhas de aprendizagem, materiais em diferentes mídias, avaliações compatíveis com a legislação, suporte técnico e mecanismos de busca ativa. A expansão da modalidade dependerá da estabilidade tecnológica, da qualificação das equipes, da capacidade de atendimento e dos resultados acadêmicos e regulatórios.

7.4 Pós-graduação lato sensu

A pós-graduação lato sensu tem como finalidade promover especialização, atualização científica e desenvolvimento profissional. A criação dos cursos considera demanda, aderência às áreas de atuação institucional, disponibilidade de docentes qualificados, infraestrutura, organização documental e sustentabilidade financeira. Cada curso deve possuir projeto pedagógico, matriz curricular, ementas, bibliografias, metodologia, critérios de avaliação, corpo docente e regras de certificação.

A política prevê articulação com a graduação, a extensão, a iniciação científica, a inovação e a empregabilidade. A Faculdade pretende ampliar progressivamente o portfólio nas áreas de Gestão e Negócios, Educação, Saúde, Tecnologia e Inovação e Desenvolvimento Profissional.

7.5 Extensão e responsabilidade social

A extensão é compreendida como ponte entre a formação acadêmica e as necessidades da sociedade. Os projetos devem integrar estudantes, docentes e comunidade externa, promover aplicação dos conhecimentos e gerar resultados socialmente relevantes. As ações podem envolver educação, gestão, tecnologia, inclusão digital, empreendedorismo, orientação profissional, cidadania, direitos humanos, sustentabilidade, apoio a pequenos negócios e desenvolvimento regional.

A curricularização da extensão deverá estar integrada aos PPCs e às matrizes curriculares, com registro da participação, carga horária, públicos atendidos, resultados e devolutivas. A avaliação considera relevância social, participação discente, impacto, integração com os cursos e continuidade das ações.

7.6 Iniciação científica, inovação e produção acadêmica

A política de iniciação científica busca desenvolver pensamento investigativo, metodologia científica, produção de artigos, resumos, relatórios, projetos aplicados e participação em eventos. A ampliação será gradual, de acordo com a maturidade dos cursos e a disponibilidade de docentes orientadores. As linhas de estudo devem dialogar com temas relevantes para Goiânia e Goiás, como empregabilidade, EaD, inclusão digital, gestão, logística urbana, tecnologia, inteligência artificial, sustentabilidade, evasão e permanência estudantil.

A inovação é tratada como capacidade de criar ou aperfeiçoar processos, metodologias, recursos educacionais, soluções tecnológicas e práticas de gestão. O uso da inteligência artificial deve observar ética, transparência, integridade acadêmica, proteção de dados e finalidade pedagógica.

7.7 Diversidade, inclusão, direitos humanos e sustentabilidade

As políticas de diversidade e inclusão contemplam acessibilidade, igualdade étnico-racial, valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena, direitos humanos, educação ambiental, memória e patrimônio cultural. Esses temas devem ser trabalhados de forma transversal nos currículos, nos projetos de extensão, nas ações institucionais e na formação dos profissionais.

A acessibilidade é compreendida em dimensões arquitetônica, pedagógica, comunicacional, digital e atitudinal. A Instituição busca eliminar barreiras, disponibilizar tecnologias assistivas, realizar adaptações razoáveis e assegurar atendimento educacional especializado em articulação com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão - NAPI.

7.8 Atendimento, permanência e acompanhamento dos estudantes

A Faculdade acompanha a trajetória estudantil desde o ingresso até a conclusão. As ações incluem acolhimento, integração acadêmica, monitoria, nivelamento, apoio psicopedagógico, acessibilidade, suporte tecnológico, atendimento pela Secretaria Acadêmica, orientação das coordenações, busca ativa e prevenção da evasão.

O acompanhamento considera acesso ao AVA, participação, frequência, desempenho, reprovações, trancamentos, dificuldades de aprendizagem, solicitações, sinais de abandono e necessidades específicas. Os dados subsidiam planos de permanência, atualização de materiais, revisão das metodologias e melhoria dos canais de atendimento.

7.9 Egressos, empregabilidade e comunicação institucional

A política de egressos busca acompanhar a inserção profissional, avaliar a contribuição da formação recebida e identificar demandas de atualização. As informações produzidas apoiam a revisão dos cursos, o desenvolvimento de formação continuada e a aproximação com o mundo do trabalho.

A comunicação institucional deve ser clara, acessível e transparente. O site, o AVA, os canais oficiais, a Ouvidoria, os informativos e as redes institucionais divulgam documentos, atos, oportunidades, resultados da avaliação, serviços, cursos e ações acadêmicas. A coerência entre o que a Instituição comunica e o que efetivamente entrega é tratada como requisito de credibilidade e responsabilidade.

8. POLÍTICAS DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

O Eixo 4 articula gestão de pessoas, governança acadêmico-administrativa, produção de materiais didáticos e sustentabilidade financeira. A qualidade da educação superior depende de profissionais qualificados, processos decisórios transparentes, orçamento compatível com as metas e capacidade de manter os serviços acadêmicos e administrativos.

8.1 Corpo docente e formação continuada

O PDI registra corpo docente predominantemente formado por mestres e doutores, com percentual superior a 90%. A composição considera titulação, formação, experiência acadêmica e profissional e aderência entre a área do docente e os componentes curriculares sob sua responsabilidade.

A política de formação continuada contempla atualização pedagógica, científica, tecnológica, regulatória e profissional. Entre os temas previstos estão metodologias ativas, avaliação da aprendizagem, mediação pedagógica, AVA, produção de materiais, acessibilidade, diversidade, extensão, iniciação científica, proteção de dados, inteligência artificial, integridade acadêmica e prevenção da evasão.

As oportunidades incluem encontros pedagógicos, cursos, oficinas, seminários, trilhas formativas, grupos de estudo e participação em eventos. A Faculdade também incentiva a qualificação em mestrado e doutorado e o compartilhamento institucional dos conhecimentos adquiridos.

8.2 Formação do corpo técnico-administrativo e dos profissionais da EaD

Os profissionais técnico-administrativos, tutores e mediadores pedagógicos participam de ações de capacitação relacionadas ao atendimento, registros acadêmicos, processos regulatórios, tecnologias, segurança da informação, acessibilidade, comunicação, permanência estudantil e funcionamento institucional. A formação deve ser contínua, registrada e avaliada.

8.3 Governança e processos decisórios

A governança institucional baseia-se na participação, representatividade, transparência e registro formal das decisões. Direção, CONSUP, coordenações, NDEs, colegiados, CPA e setores acadêmico-administrativos atuam conforme competências definidas no Regimento. As reuniões, deliberações, atas, portarias, resoluções e planos de ação constituem evidências dos processos decisórios.

As decisões colegiadas devem ser sistematizadas, divulgadas e apropriadas pelos setores responsáveis. O acompanhamento permite verificar o cumprimento dos encaminhamentos e a relação entre as decisões, os resultados da avaliação e as metas do PDI.

8.4 Produção e distribuição de material didático

A produção, revisão, validação e disponibilização dos materiais didáticos integra a política de gestão da EaD. O fluxo envolve docentes, equipe multidisciplinar, NEaD, coordenações e revisão pedagógica, considerando qualidade acadêmica, linguagem adequada, acessibilidade, direitos autorais, integridade, proteção de dados e compatibilidade com os PPCs.

A Instituição utiliza conteúdos contratados e prevê ampliação gradual da produção autoral. Os materiais são disponibilizados em diferentes mídias e linguagens, avaliados quanto à atualização e acompanhados por plano de revisão periódica.

8.5 Sustentabilidade financeira

A sustentabilidade financeira é planejada em articulação com o desenvolvimento institucional. O orçamento considera manutenção dos cursos, pessoal, formação continuada, infraestrutura, tecnologia, Biblioteca, acessibilidade, atendimento, extensão, iniciação científica, pós-graduação e expansão responsável.

As receitas e despesas são projetadas para o quinquênio, com monitoramento dos resultados, indicadores de desempenho e participação das instâncias acadêmicas e administrativas na definição das prioridades. A expansão de cursos ou serviços pode ser adiada, redimensionada ou cancelada quando não estiverem asseguradas as condições financeiras e operacionais necessárias.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA, ACADÊMICA E TECNOLÓGICA

O Eixo 5 apresenta os ambientes e recursos destinados ao ensino, à extensão, à iniciação científica, à gestão, ao atendimento e ao suporte à educação mediada por tecnologias. A infraestrutura é planejada de forma articulada ao PDI, ao PPI, aos PPCs e ao número de usuários, considerando adequação, acessibilidade, segurança, conservação, ergonomia, conectividade e continuidade dos serviços.

9.1 Sede e ambientes institucionais

A sede contempla recepção, Secretaria Acadêmica, Direção, coordenações de curso, setor financeiro, CPA, NAPI, NEaD, tutoria, mediação pedagógica, equipe multidisciplinar, ambientes docentes, sala de professores, salas de reunião, Biblioteca, laboratório de informática, salas de aula, apoio tecnológico, espaços de convivência, cantina, copa, refeitório e instalações sanitárias.

Os espaços são distribuídos para favorecer o atendimento, a integração das equipes, a confidencialidade das informações e a realização das atividades acadêmicas e administrativas. A organização considera fluxos claros de atendimento e acesso aos setores responsáveis.

9.2 Salas de aula e ambientes de aprendizagem

As salas de aula são climatizadas e dispõem de mobiliário, quadro branco, iluminação, ventilação, acústica e recursos audiovisuais. A Instituição possui ambiente destinado a metodologias ativas, salas de diferentes capacidades, espaços para reuniões, formações, orientações, atividades coletivas e eventos. A ampliação futura prevê auditório e estúdio para gravação, conforme a evolução institucional.

9.3 Laboratório de informática

O laboratório de informática possui 25 computadores conectados à internet e aos sistemas institucionais, além de projetor, quadro branco, mobiliário e climatização. O ambiente é utilizado para aulas práticas, avaliações, acesso ao AVA, pesquisas, Biblioteca Digital, atividades de extensão, iniciação científica, capacitações, videoconferências e projetos integradores.

O funcionamento previsto alcança até 68 horas semanais. A capacidade máxima teórica indicada no PDI corresponde a até 850 atendimentos semanais em avaliações de duas horas ou 550 atendimentos em aulas práticas de três horas, observados cronograma, manutenção, suporte, acessibilidade e disponibilidade dos equipamentos.

9.4 Biblioteca e acervo

A Biblioteca oferece espaços de atendimento, pesquisa, estudo individual e coletivo, computadores e acesso à Biblioteca Digital Minha Biblioteca. O atendimento inclui orientação bibliográfica, normalização de trabalhos, elaboração de referências, apoio à produção científica, uso ético da informação e suporte aos projetos acadêmicos.

A atualização do acervo físico e digital é articulada aos PPCs, às bibliografias, às novas edições, às demandas de docentes e estudantes, aos relatórios de utilização e aos resultados da CPA. A Instituição acompanha os catálogos contratados e pode ampliar licenças, adquirir obras, contratar novas bases ou revisar referências quando necessário.

9.5 Acessibilidade, segurança e manutenção

A acessibilidade é requisito transversal e contempla rota acessível, elevador, banheiros adaptados, sinalização, piso tátil, mobiliário acessível, espaços reservados, recursos digitais e tecnologias assistivas.

As necessidades específicas são analisadas em articulação com o NAPI, as coordenações, a Biblioteca e a equipe de TI.

A manutenção ocorre de forma preventiva e corretiva, com registros de demandas, prioridades e providências. São acompanhadas instalações elétricas e hidráulicas, climatização, mobiliário, equipamentos, conectividade, segurança, limpeza e conservação. Inventários, relatórios, registros fotográficos, contratos, notas fiscais, laudos e avaliações da CPA compõem as evidências de gestão da infraestrutura.

9.6 Infraestrutura tecnológica e continuidade dos serviços

A infraestrutura tecnológica contempla rede lógica, conectividade, equipamentos, sistemas, CPD, suporte técnico, recursos multimídia, armazenamento, segurança da informação, cópias de segurança e plano de contingência. A atualização tecnológica acompanha o aumento do número de usuários, a implantação de cursos, a ampliação do AVA e as necessidades de acessibilidade digital.

10. OFERTA E EXPANSÃO ACADÊMICA

O Plano de Oferta e Expansão Acadêmica organiza a consolidação e a ampliação da atuação institucional durante a vigência do PDI. A expansão é compreendida como processo gradual, responsável e condicionado à capacidade de assegurar qualidade acadêmica, acompanhamento pedagógico, regularidade regulatória, acessibilidade, permanência, infraestrutura, recursos humanos, tecnologia e sustentabilidade financeira.

A prioridade inicial é consolidar os cursos em funcionamento e cumprir os compromissos regulatórios. Novos cursos, vagas, turmas ou polos somente serão implantados quando houver condições concretas de oferta e conclusão dos processos regulatórios correspondentes.

10.1 Cursos e áreas previstos em processos de expansão

Curso/área	Natureza registrada no PDI
Administração	Bacharelado / proposta de nova oferta
Psicologia	Bacharelado
Gestão Financeira	Curso Superior de Tecnologia
Comércio Exterior	Curso Superior de Tecnologia
Inteligência Artificial	Curso Superior de Tecnologia - proposta experimental/inovadora
Segurança da Informação	Curso Superior de Tecnologia
Engenharia de Software	Bacharelado
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Curso Superior de Tecnologia
Gestão do Agronegócio	Curso Superior de Tecnologia
Processos Gerenciais	Curso Superior de Tecnologia

A relação acima reúne cursos mencionados na identificação dos processos regulatórios e no plano de expansão. A implantação não é automática e depende de autorização, PPC, coordenação, NDE, colegiado,

corpo docente e tutorial, infraestrutura, acervo, acessibilidade, suporte e análise de viabilidade. As informações deverão ser atualizadas no site conforme a tramitação dos atos regulatórios.

10.2 Critérios para implantação de novos cursos

- demanda social e potencial de inserção profissional;
- aderência à missão e ao desenvolvimento regional;
- compatibilidade com a estrutura acadêmica e tecnológica;
- existência de coordenação, NDE, colegiado e profissionais qualificados;
- adequação da infraestrutura, acervo, AVA e recursos de acessibilidade;
- viabilidade financeira e continuidade dos serviços;
- resultados das avaliações internas e externas;
- regularidade dos processos e atos autorizativos.

10.3 Expansão da graduação, pós-graduação, extensão e iniciação científica

A graduação será ampliada prioritariamente pela consolidação dos cursos existentes e implantação progressiva dos cursos autorizados. A pós-graduação será expandida nas áreas de Gestão e Negócios, Educação, Saúde, Tecnologia e Inovação e Desenvolvimento Profissional. A extensão ampliará projetos comunitários, oficinas, cursos de curta duração, eventos, ações ambientais, direitos humanos, acessibilidade e parcerias. A iniciação científica será desenvolvida por linhas de pesquisa, grupos de estudo, projetos, artigos e eventos.

10.4 Educação à distância e polos

A expansão da EaD prevê aperfeiçoamento do AVA, produção gradual de materiais próprios, fortalecimento da equipe multidisciplinar, qualificação dos profissionais, ampliação da Biblioteca Digital, acessibilidade, busca ativa e novos canais de atendimento. A implantação de polos dependerá de estudo de demanda, infraestrutura, conectividade, equipe, acessibilidade, atividades presenciais, sustentabilidade e regularidade regulatória. Enquanto não houver polos formalmente implantados, as atividades presenciais permanecem organizadas na sede.

10.5 Cronograma indicativo

Ano	Diretriz principal
2026	Consolidação da gestão, reorganização acadêmica, fortalecimento dos cursos em funcionamento e acompanhamento dos processos regulatórios.
2027	Implantação gradual dos cursos autorizados, expansão da pós-graduação e ampliação da infraestrutura física e tecnológica.
2028	Consolidação dos novos cursos, ampliação das matrículas, fortalecimento da extensão e da iniciação científica.
2029	Diversificação da oferta, revisão dos resultados acadêmicos e expansão sustentável dos serviços.
2030	Avaliação global do ciclo, consolidação das ofertas e elaboração do planejamento acadêmico subsequente.

11. ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PDI

A execução do PDI é acompanhada de forma contínua, sistemática e participativa. O objetivo é verificar a implementação das políticas, o alcance das metas, a efetividade das ações, a utilização dos recursos, os resultados produzidos e a necessidade de ajustes ou reprogramações.

As metas são desdobradas em planos de ação setoriais, com responsáveis, prazos, recursos, indicadores e evidências. Cada setor mantém registros que comprovam a execução, como atas, relatórios, portarias, resoluções, contratos, listas de presença, registros de atendimento, documentos acadêmicos, fotografias, ordens de serviço, notas fiscais e relatórios dos sistemas institucionais.

O monitoramento ocorre continuamente, com consolidações semestrais e anuais. Áreas de maior impacto acadêmico ou regulatório podem ser acompanhadas em intervalos menores. A avaliação considera matrículas, ocupação de vagas, permanência, evasão, conclusão, desempenho, extensão, iniciação científica, qualificação das equipes, utilização dos sistemas, atendimento, acessibilidade, sustentabilidade financeira e cumprimento dos planos de melhoria.

A governança do acompanhamento envolve mantenedora, Direção Geral, Diretoria Acadêmica, Procuradoria Institucional, CPA, coordenações, NDEs, colegiados e setores técnico-administrativos. A CPA preserva sua autonomia e contribui com diagnósticos, recomendações e acompanhamento das devolutivas.

Anualmente, a Faculdade deverá elaborar relatório de acompanhamento do PDI, apresentando grau de execução das metas, ações, resultados, evidências, dificuldades e medidas corretivas. A gestão das evidências será organizada em repositório institucional por eixo, meta, ação, período e setor, observando integridade, autenticidade, rastreabilidade, confidencialidade e proteção de dados.

O PDI pode passar por revisão ordinária durante sua vigência e revisão extraordinária diante de alterações legais, regulatórias, acadêmicas, tecnológicas, financeiras ou estruturais. As mudanças devem ser fundamentadas, avaliadas quanto aos impactos e aprovadas pelas instâncias competentes. Ao final de 2030, será realizada avaliação global para subsidiar o novo ciclo de planejamento.

12. QUADRO-SÍNTESE DOS COMPROMISSOS PARA 2026-2030

Área estratégica	Compromisso institucional
Regulação e conformidade	Acompanhar processos, prazos, atos autorizativos, Protocolos de Compromisso, e-MEC e evidências regulatórias.
Planejamento e documentos	Manter PDI, PPI, PPCs, Regimento, regulamentos, manuais e planos setoriais atualizados e articulados.
CPA e avaliação	Consolidar a cultura de autoavaliação, ampliar participação, divulgar resultados e acompanhar planos de melhoria.
Qualidade acadêmica	Atualizar currículos, metodologias, materiais, avaliação da aprendizagem e mecanismos de acompanhamento dos cursos.
Educação à distância	Qualificar AVA, mediação pedagógica, equipe multidisciplinar, materiais didáticos, suporte e registros acadêmicos.
Permanência estudantil	Desenvolver acolhimento, nivelamento, monitoria, apoio psicopedagógico, acessibilidade, busca ativa e prevenção da evasão.
Extensão e responsabilidade social	Ampliar projetos integrados aos cursos e às necessidades sociais e regionais.

Área estratégica	Compromisso institucional
Iniciação científica e inovação	Estruturar linhas, projetos, eventos, produção acadêmica e uso ético das tecnologias e da inteligência artificial.
Pessoas e formação	Valorizar docentes, tutores, mediadores e técnicos por meio de seleção adequada, formação continuada e acompanhamento.
Infraestrutura	Consolidar sede, salas, laboratório, Biblioteca, conectividade, acessibilidade, manutenção e segurança.
Comunicação e transparência	Fortalecer site, Ouvidoria, canais institucionais, divulgação de atos, resultados e serviços.
Pós-graduação	Ampliar cursos lato sensu coerentes com as áreas institucionais e as demandas profissionais.
Expansão responsável	Implantar cursos e polos somente com regularidade, viabilidade, infraestrutura, pessoal, acervo e sustentabilidade.
Sustentabilidade financeira	Articular orçamento, investimentos, metas e capacidade de continuidade dos serviços.
LGPD e segurança institucional	Proteger dados pessoais, registros acadêmicos, credenciais, sistemas, backups e informações institucionais.

12.1 Objetivo geral do ciclo

Objetivo geral

Consolidar o desenvolvimento institucional da Faculdade Diofanto por meio do fortalecimento da governança, da organização acadêmico-administrativa, da regularidade regulatória, da avaliação institucional, da qualificação dos cursos e dos profissionais, da melhoria da infraestrutura física e tecnológica e da implantação efetiva das políticas acadêmicas, assegurando qualidade educacional, inclusão, sustentabilidade, responsabilidade social e contribuição para o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PDI 2026-2030 consolida o projeto institucional da Faculdade Diofanto e organiza um ciclo de desenvolvimento baseado em identidade, conformidade, qualidade acadêmica, avaliação, responsabilidade social e sustentabilidade. Sua função não é apenas descrever políticas, mas estabelecer referências para decisões, investimentos, acompanhamento dos cursos e relacionamento com a comunidade.

A nova etapa exige coerência entre o que é planejado, o que é executado e o que pode ser comprovado. Por isso, a Faculdade integra PDI, PPI, PPCs, Regimento, planos setoriais, atuação da CPA, órgãos colegiados, indicadores e evidências. Essa integração fortalece a governança, reduz riscos e permite que as ações de melhoria produzam efeitos concretos sobre a aprendizagem, a permanência, o atendimento e a infraestrutura.

As prioridades do quinquênio incluem consolidar os cursos ativos, cumprir os compromissos regulatórios, atualizar documentos, qualificar a EaD, valorizar os profissionais, fortalecer extensão, iniciação científica e inovação, ampliar a acessibilidade e organizar a expansão acadêmica de forma responsável.

Ao final do ciclo, a Faculdade Diofanto pretende demonstrar uma trajetória mais organizada, estável, inclusiva, inovadora e socialmente relevante. O compromisso central é organizar com método, ensinar com qualidade, avaliar com responsabilidade, atuar com conformidade e crescer com sustentabilidade.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

FACULDADE DIOFANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2026-2030. Goiânia, 2026.